

1 **ATA 99ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DAS CIDADES DE**  
2 **MS/CEC, REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2017, NO PLENARINHO DA**  
3 **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM CAMPO GRANDE-MS.**

4 Aos **dezoito dias do mês de maio** de 2017, reuniram-se no Plenarinho da Assembleia  
5 Legislativa, em Campo Grande/MS, os membros do Conselho Estadual das Cidades de  
6 Mato Grosso do Sul - **CEC/MS: Maria do Carmo Avesani Lopez** – Secretária Executiva  
7 do Conselho Estadual das Cidades – CEC/MS; **Inês Pereira Esteves** – Departamento  
8 Estadual de Trânsito/DETRAN-MS; **Edson Guardiano de Oliveira** – Secretaria de Estado  
9 de Justiça de Segurança/SEJUSP-MS; **Antônio Claudio Lanza de Almeida** – Empresa  
10 de Saneamento do Estado de Mato Grosso do Sul/SANESUL; **Adriano Chadid**  
11 **Magalhães** – Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Trabalho –  
12 SEDHATS/MS; **Paulo Cesar Neves de Matos** – Caixa Econômica Federal/CEF; **Aquino**  
13 **Pereira de Oliveira** – Prefeitura Municipal de Figueirão; **Francisco Alencar Antunes** -  
14 Federação das Associações de Moradores do Estado do Mato Grosso do Sul/FAMEMS;  
15 **Elza Alves de Matos** - Federação das Associações de Moradores do Estado do Mato  
16 Grosso do Sul/FAMEMS; **Valdo Pereira de Souza** - Federação das Associações de  
17 Moradores do Estado do Mato Grosso do Sul/FAMEMS; **Edson Ageo Maidana Nunes** -  
18 Federação das Associações de Moradores do Estado do Mato Grosso do Sul/FAMEMS;  
19 **Auro da Silva** - Federação das Associações de Moradores do Estado do Mato Grosso do  
20 Sul/FAMEMS; **Kelly Cristina Hokama** – Sindicato dos Arquitetos e Urbanistas de Mato  
21 Grosso do Sul/SINDARQ-MS; **Claudio Hideaki Kitaguti** – Sindicato Intermunicipal da  
22 Indústria da Construção do Estado de Mato Grosso do Sul – SINDUSCON; **Dirceu de**  
23 **Oliveira Peters** - Instituto de Arquitetos do Brasil Departamento de Mato Grosso do Sul  
24 – IAB/MS; **Silvia Bontempo** – Ordem dos Advogados do Brasil Seção Mato Grosso do  
25 Sul – OAB/MS; **Roberto Ortiz Paixão** – Universidade Estadual de Mato Grosso do  
26 Sul/UEMS; **Aroldo Abussafi Figueiró** – Instituto de Desenvolvimento Tecnológico –  
27 INDETEC/MS; **Tânia Maria de Souza Marques e César Magalhães de Souza** da  
28 Secretaria Executiva do CEC, e como convidadas **Marlene A. Rondon** - Departamento  
29 Estadual de Trânsito/DETRAN-MS; **Eliane Ribeiro de Barros** – Instituto de Meio  
30 Ambiente de Mato Grosso do Sul – IMASUL; **Ralf Junior A. Cáceres** - Departamento  
31 Estadual de Trânsito/DETRAN-MS; **Sergio Paulo Barbosa Rocha** - Federação das  
32 Associações de Moradores do Estado do Mato Grosso do Sul/FAMEMS; **Marcelo Flavio**  
33 **Delgado** – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Mato Grosso do Sul –  
34 CREA/MS; **João Mendes Silva** - Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul –  
35 IMASUL; **Francieli Peixoto**. A 99ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual das  
36 Cidades/CEC teve como pauta: **Abertura; Informes; Aprovação da Ata da Reunião**  
37 **Ordinária 98ª; Apresentação do Programa de educação e Segurança de DETRAN-**  
38 **MS/Maio Amarelo - Semana Nacional do Trânsito; Apresentação da Proposta do**  
39 **Plano Estadual de Resíduos Sólidos; Definição de pauta para próxima Reunião e**  
40 **Encerramento**. A **Senhora Presidente Maria do Carmo** fez a abertura da Reunião  
41 agradecendo a presença dos Conselheiros e de imediato passa para os **Informes**.  
42 Informou que esteve presente em Fátima do Sul para a entrega de 300 unidades  
43 habitacionais construídas pela Entidade CRF, denominado Residencial Jardim dos Ipês,  
44 destacando que é o Conjunto habitacional mais bonito que já esteve presente e fez a  
45 entrega. Salientou a sua humanização, a beleza e acabamento das casas, com cores  
46 vivas, com grama protegendo a fundação, Centro Comunitário, quadras poliesportivas,  
47 equipamentos para atividades físicas. Agradece a CFR pelo conjunto da obra e acrescenta  
48 ao trabalho árduo que o Governo do Estado tem tido com todas as Entidades para a  
49 construção de moradias. Solicitou que a **Senhora Tânia Marques** apresentasse o material  
50 preparado referente a toda a evolução do Residencial até a sua entrega. A **Conselheira**

51 **Elza** cumprimenta a todos os Conselheiros e agradece a Deus, demonstrando toda sua  
52 emoção com a conclusão e entrega do Conjunto Habitacional. Agradecendo ainda o  
53 **Conselheiro Paulo César**, destacando sua importância desde o início para a viabilização  
54 do projeto. Agradece ainda nossa **Presidente Maria do Carmo**, a **FAMEMS**, a **CONAN** e  
55 a confiança de todos os Conselheiros que acreditaram no projeto da **CRF**. Agradeceu  
56 também o ex-prefeito de Fátima do Sul, Sr. Junior, que acreditou e recebeu a **CRF** e em  
57 parceria com a **Caixa Econômica Federal e o Governo do Estado**, concretizaram a  
58 construção das casas. A **Conselheira Elza** ainda destaca a emoção das famílias que  
59 estão nesse momento realizando os seus sonhos de ter uma casa própria. **A Senhora**  
60 **Presidente Maria do Carmo** informa que o Senhor Governador estava em Brasília-DF,  
61 para reunião em busca de recursos para habitação, mas que antes mesmo da reunião  
62 acontecer, já havia saído a notícia de que os recursos haviam sido liberados, informando  
63 ainda, que o Mato Grosso do Sul teve até o dia 05 de maio para a entrega dos projetos de  
64 entidades, sendo 4.800 projetos de unidades habitacionais, e que no mínimo 80% desses  
65 projetos tem a viabilidade econômica e de projeto para serem realizadas. Destacou ainda,  
66 o potencial de todas as Entidades do nosso estado de MS, por estarem fazendo esses  
67 projetos e realizando a construção das casas. Já para os Projetos Rurais, a data limite  
68 para as inscrições é até o dia 02 de maio, e até o momento foram inscritos cerca de 2.500  
69 mil projetos. O FAR teve um número expressivo de projetos, mas ainda não foi fechado o  
70 período de inscrição dos projetos. Dando Prosseguimento, passa para apresentação do  
71 **Programa de Educação e Segurança do DETRAN-MS/Maio Amarelo** - Semana  
72 Nacional do Trânsito. A **Senhora Marlene Rondon**, cumprimenta os presentes e a  
73 Presidente **Maria do Carmo** e inicia sua explanação falando sobre o **Maio Amarelo**,  
74 campanha esta que o Brasil assinou um pacto com a **ONU**, que de 2011 a 2020, há o  
75 compromisso de reduzir os acidentes de trânsito em 50%, destacando que com todo  
76 empenho do DETRAN e das Agências Municipais de Trânsito, houve uma redução nos  
77 acidentes. Elucidou que em 2013 foi contabilizado **31.973** acidentes de trânsito e que em  
78 2016 esses acidentes reduziram para **24.698**, e que esse é resultado de uma ação  
79 conjunta do DETRAN e as Agências Municipais. Esclarece que o trânsito foi  
80 municipalizado, porém não exclui o dever do DETRAN de estar trabalhando para o  
81 melhoramento da qualidade do trânsito em Mato Grosso do Sul. A **Senhora Marlene**  
82 **Rondon** enfatiza o trabalho de educação para o trânsito que é realizado pelo Governo do  
83 Estado através do Detran, e que essa educação se inicia desde a pré-escola, destacando  
84 que o aprendizado das crianças em estarem cobrando seus pais no trânsito para a  
85 utilização do sinal de segurança, não furar o semáforo vermelho e principalmente o uso  
86 do celular, que é um grande risco aos condutores. **A Senhora Marlene Rondon** ressalta  
87 a importância do trabalho da **Conselheira Inês Pereira** que é servidora do DETRAN-MS,  
88 lotada na Divisão de Educação para o Trânsito, Divisão essa, responsável pelos  
89 programas realizados em todo o estado e até mesmo nas Universidades. Relata sobre a  
90 euforia de todo cidadão ao completar os dezoito anos, da vontade de ser habilitado. Esse  
91 mesmo cidadão, participa dos programas de educação do DETRAN durante seu período  
92 escolar, onde ele terá conhecimento específico da legislação de trânsito, mecânica,  
93 primeiros socorros e direção defensiva. Que condutor, sendo de motocicleta ou de veículo  
94 de quatro rodas, aprende a se comportar no trânsito. Após um ano de habilitado, quando  
95 encerra o período da carteira provisória, esse mesmo cidadão começa a cometer  
96 infrações. Ressalta que a maioria dos acidentes de trânsito são causados por falhas  
97 humanas. **A Senhora Marlene Rondon** informa que o tema da campanha deste ano é  
98 **“Minha Escolha Faz a Diferença”**, onde toda a sociedade brasileira deverá ajudar, para  
99 assim, reduzir o índice de acidentes. Disse ainda que foi criado o **Movimento Maio**  
100 **Amarelo**, através do Observatório de Segurança Viária, objetivando sensibilizar a  
101 sociedade, para agregar e estimular a participação de todos. Em nossa Capital existe o

102 GGEIT (Gabinete de Gestão Integrada e Vida do Trânsito), composto pelo DETRAN,  
103 AGETRAN, Batalhão de Trânsito, PRF, Corpo de Bombeiros, SAMU, que discutem e  
104 sugerem estratégias para melhorar a situação do trânsito. Fala da satisfação de no ano  
105 de 2017 o **Movimento Maio Amarelo** estar na agenda do Estado, e que, os diversos  
106 segmentos do Poder Público e sociedade civil, estão abraçando o movimento. Faz o alerta  
107 de que, a mudança deve partir de cada um, que no ano de 2016 o slogan da campanha  
108 era **“Eu Sou Mais um Pela Mudança no Trânsito”**. **A Senhora Marlene** elencou ainda  
109 outras ações externas executadas pelo DETRAN, como carnaval, volta as aulas, Semana  
110 Nacional do Trânsito, calouro consciente, ações conta álcool, ações com os motociclistas,  
111 destacando a ações contra o uso de celulares. Convida os Conselheiros a participarem, a  
112 estarem orientado amigos, familiares, a comunidade onde vivem, para todos mudarem a  
113 cultura no trânsito. Acrescenta ainda a contribuição do CONTRAN, através da Prof.  
114 Regina, que tem realizado um trabalho árduo de municipalização do trânsito em todos os  
115 municípios de Mato Grosso do Sul, pois o administrativo municipal deve tomar para si essa  
116 responsabilidade de planejamento das cidades, das vias, das sinalizações e da educação  
117 no trânsito. Posteriormente a **Senhora Marlene** expõe que as pessoas de um modo geral  
118 questionam a formação dos condutores no nosso Estado. Porém ao DETRAN cabe  
119 apenas a fiscalização das autoescolas, não sendo viável a colocação de um agente  
120 fiscalizador dentro de cada automóvel durante as aulas, mas que está sendo implantado  
121 até o mês de julho de 2017 a biométrica, e a captura de áudio e vídeo, para o  
122 acompanhamento dos condutores em todo o Estado. Enfatiza ainda que esse  
123 acompanhamento já está presente nas aulas teóricas, com equipes que faz o  
124 monitoramento dia e noite. Explica ainda, que será implantado o Observatório Estadual  
125 de Acidente de Trânsito, pois, os dados do policiamento, dos acidentes nas cidades e  
126 rodovias, não estão integrados, trazendo assim mais transparência e um maior  
127 acompanhamento das ocorrências. A **Senhora Presidente Maria do Carmo** indagou aos  
128 presentes se gostariam de fazer alguma pergunta ou colocação. **A Conselheira Silvia**  
129 **Bontempo** observa que o DETRAN-MS de todos os estados trabalham com a educação  
130 de trânsito, e as prefeituras deveriam trabalhar com a manutenção das vias, pois mesmo  
131 com toda a educação, em diversos momentos os acidentes não conseguem ser evitados  
132 pelas más condições das vias. **A Senhora Marlene Rondon** explica que o Governo tem  
133 trabalhado para o melhoramento das vias, e que Campo Grande tem passado por um  
134 momento atípico, com tantos problemas de buracos pelas ruas, onde nossa topografia é  
135 excelente, mas que falta um esforço maior nesses últimos tempos. Reforça mais uma vez  
136 que, as crianças são vigilantes dos pais, muitas vezes cobrando a correta forma de se  
137 portar no trânsito, mas, ao presenciarem o exemplo errado do pais no trânsito, acabam  
138 copiando os erros e levando isso para a vida adulta. Que os condutores, no primeiro ano  
139 de habilitação caso cometam uma multa gravíssima ou duas graves, perdem o direito de  
140 dirigir, tendo que reiniciar todo o processo e pagar novamente o curso para aquisição da  
141 carteira de habilitação. Conclui que, no primeiro ano habilitado, é ínfimo o acontecimento  
142 de infrações de trânsito, e após 1 ano, com a habilitação definitiva, os condutores deixam  
143 de lado todo o aprendizado e passam a cometer muitas infrações, principalmente os  
144 jovens, que tem o maior percentual de acidentes com vítimas fatais. Além de comprometer  
145 em torno de 80% dos leitos hospitalares. **O Conselheiro Roberto Paixão** toma a palavra,  
146 parabenizando a iniciativa e a insistência que o DETRAN tem mantido em educar no  
147 trânsito. Expõe ainda que o trabalho de educação realmente deve ser feito a partir das  
148 crianças. Dando como exemplo seu trabalho e o lixo que o cidadão tem costume de  
149 sempre jogar na rua. Que a educação deve continuar e ser persistente com as crianças e  
150 que os adultos devem ser multados para poderem mudar. **A Conselheira Inês Pereira**  
151 **acentua que o Movimento Maio Amarelo** tem como grande objetivo envolver as pessoas,  
152 sendo utilizado estratégias, cursos e diversas atividades, para motivar as pessoas a terem

153 o compromisso de mudar a atitude no trânsito. Em seguida é solicitado para passar um  
154 vídeo sobre o Movimento Faixa de Pedestre feito no Município de Costa Rica. O  
155 **Conselheiro Edson Guardiano** salienta ainda que o campo-grandense tem uma cultura  
156 “do eu”, que as pessoas pensam apenas em si mesma, não respeitando o próximo. Após  
157 apresentação do vídeo, a **Senhora Presidente Maria do Carmo** chama a **Senhora Eliane**  
158 **Ribeiro representante do IMASUL**, para palestrar sobre o **Plano Estadual de Resíduos**  
159 **Sólidos de Mato Grosso do Sul**. A **Senhora Eliane Ribeiro** agradece o convite e a  
160 oportunidade de estar expondo o Plano Estadual de Resíduos Sólidos, do qual está em  
161 fase de finalização. Adiante, esclarece que o plano estadual faz parte da Política Nacional  
162 de Resíduos Sólidos, e que as diretrizes da política nacional são o norte das ações do  
163 **IMASUL**, iniciando-se pela não geração dos resíduos, sua redução, reutilização,  
164 reciclagem, tratamento e disposição final adequada dos rejeitos, sendo trato como uma  
165 hierarquizada diretriz. Destaca os aspectos relevantes da política nacional, que é: 1 - a  
166 obrigatoriedade de encerrar os lixões, inicialmente até 2014, porém, novos prazos estão  
167 em discussão no Congresso Nacional, já que o Brasil não tem conseguido encerrar os  
168 lixões; 2 - a valorização dos catadores e incentivo à formação de cooperativas; 3 - a  
169 responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos; 4 - a obrigatoriedade de  
170 elaboração de planos de resíduos sólidos. Ainda está prevista na política nacional alguns  
171 instrumentos de planejamento, que são: **Plano Nacional de Resíduos Sólidos, Planos**  
172 **Estaduais de Resíduos Sólidos, Planos Microrregionais e de Regiões**  
173 **Metropolitanas, Planos Intermunicipais, Planos Municipais e Planos de**  
174 **Gerenciamento de Resíduos Sólidos**. A **Senhora Eliane Ribeiro** destaca ainda a  
175 dificuldade do entendimento entre Plano Estadual e Plano Municipal. O Plano Estadual  
176 tem caráter de gerenciamento, de gestão, que prevê ações para a gestão dos resíduos  
177 sólidos. Já o Plano Municipal, além da gestão municipal, tem um aprofundamento  
178 operacional que o estadual não abrange. Esclarece que trouxe apenas uma noção do  
179 Plano Estadual, pois é bem extenso. Que em seu conteúdo consta um Diagnostico  
180 Situacional elaborado por uma empresa terceirizada em 2014, através de um projeto da  
181 **SEMAGRO**. Esse Diagnostico abrange a caracterização geral e ambiental do Estado e  
182 levantamento relativo aos seguintes aspectos: socioeconômico, legal, institucional e  
183 gerencial, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos, passivos ambientais e de áreas  
184 que demandam atenção especial, e educação ambiental. Após o Diagnostico, foi  
185 elaborado um estudo de Prospecção, que trouxe o prognóstico da limpeza urbana e do  
186 manejo de resíduos sólidos. Consiste no estudo das estimativas futuras da população e  
187 da geração de resíduos sólidos urbanos do Estado. Os dados obtidos no diagnóstico  
188 situacional foram utilizados como base para os Prognósticos, dentre outras fontes.  
189 Levando posteriormente ao estudo de regionalização e proposição de arranjos, em que  
190 os cenários de regionalização foram definidos a partir da exposição de princípios,  
191 realidade instalada, fatores políticos-institucionais e parâmetros técnicos. Esses arranjos  
192 foram propostos tendo como base: projeção populacional; geração per-capita de resíduos  
193 sólidos; definição dos índices de recuperação e custos. Com isso o Estado foi dividido em  
194 09 regiões polos, para a gestão dos resíduos sólidos, chegando a 11 arranjos  
195 intermunicipais para consorciamento de aterros sanitários. A **Senhora Eliane Ribeiro**  
196 afirma que dentro do PERS-MS tem 9 diretrizes com 18 estratégias, e que elas norteiam  
197 os 09 programas, com 36 metas e 136 ações. Esses programas são: 1 - fortalecimento  
198 institucional; 2 - instrumentos legais e econômicos; 3 - eliminação e recuperação das áreas  
199 de passivos ambientais e disposição inadequada de resíduos sólidos; 4 - gestão e  
200 gerenciamento dos resíduos sólidos; 5 - desenvolvimento científico e tecnológico; 6 -  
201 inclusão social e emancipação econômica dos catadores de materiais recicláveis; 7 -  
202 logística, reversa e responsabilidade compartilhada; 8 - educação ambiental e participação  
203 social para a gestão de resíduos sólidos; 9 - comunicação social na gestão e

204 gerenciamento dos resíduos sólidos. O conteúdo do PERS-MS ainda traz algumas  
205 recomendações técnicas, que seriam estabelecer recomendações técnicas para a sua  
206 operacionalização e implantação, vinculadas às estratégias estabelecidas e, as instruções  
207 estão relacionadas à gestão e ao gerenciamento dos resíduos sólidos. Expôs ainda a  
208 estimativa de custo do Plano, de 2017 a 2020, o valor será aproximadamente de R\$  
209 8.860.753,25. Dessa estimativa, 56,49% fortalecimento institucional, 0,55% instrumentos  
210 legais e econômicos, 4,79% eliminação e recuperação das áreas de disposição final  
211 inadequada de resíduos sólidos, 9,66% gestão e gerenciamento de resíduos sólidos,  
212 0,67% programa de desenvolvimento científico e tecnológico, 18,77% inclusão social e  
213 emancipação econômica dos catadores de materiais recicláveis, 1,94% logística reversa  
214 e responsabilidade compartilhada, 4,60% educação ambiental e participação social para  
215 a gestão de resíduos e 2,52% comunicação social na gestão e gerenciamento dos  
216 resíduos sólidos. Está previsto também em seu conteúdo alguns mecanismos de  
217 monitoramento e avaliação. Dentre esses mecanismos estão os mecanismos de avaliação  
218 de satisfação dos usuários; avaliação e monitoramento da eficiência da implementação  
219 dos Programas e indicadores de desempenho operacionais, econômico-financeiros,  
220 socioambientais e culturais. Já as fontes de recursos financeiros, são fontes previstas de  
221 recursos orçamentários e recursos extra orçamentários. A **Senhora Eliane Ribeiro** realça  
222 que algumas etapas estão para serem concluídas, como a consolidação das contribuições  
223 das oficinas para a versão final: Maio/2017 e publicação e lançamento do Plano:  
224 outubro/2017. O Plano Estadual ainda tem como horizonte temporal de 20 anos (2017 a  
225 2036), sendo previsto ser revisado e atualizado a cada 4 anos (2020, 2024, 2028 e 2032).  
226 A **Senhora Presidente Maria do Carmo** indaga que dentro do orçamento, não está  
227 previsto a instalação dos aterros sanitários, apenas os 09 programas e se o governo tem  
228 algum plano de financiamento para as instalações dos aterros. A **Senhora Eliane Ribeiro**  
229 esclarece que os custos orçados são apenas para os programas e que em determinados  
230 momentos o Governo tem disponibilizado recursos que não são pleiteados pelas  
231 Prefeituras, mas que o maior problema das Prefeituras é a operacionalização. Assim, o  
232 **IMASUL** tem buscado demonstrar como os consórcios são bons e tiram toda a  
233 responsabilidade das Prefeituras. A **Senhora Presidente Maria do Carmo** indaga se a  
234 privatização dos aterros não seria uma alternativa. A **Senhora Eliane Ribeiro** responde  
235 que já existe no nosso Estado, e que as prefeituras pagam por toneladas esses aterros  
236 sanitários, mas que um o problema são as mudanças de gestão que ocorrem nas  
237 Prefeituras, pois anteriormente foi feito treinamentos em gestores para trabalharem com  
238 os aterros sólidos, e com as mudanças, o quadro de pessoal também sofre alterações e  
239 afeta todo o trabalho que vem sendo realizado. A **Senhora Presidente Maria do Carmo**  
240 ainda pergunta se existe algum fundo com recursos para esses aterros sanitários. A  
241 **Senhora Eliane Ribeiro** esclarece que não existe nenhum fundo, sendo preciso pleitear  
242 esses recursos para o poder público. A **Conselheira Inês Pereira** cita que em uma de  
243 suas experiências no interior do Estado, motoristas de ambulância estavam carregando  
244 lixo hospitalares e não tendo onde descartá-los. E que em outro momento, em um  
245 hospital presenciou funcionário jogando lixo hospitalar em local não apropriado e sem os  
246 devidos cuidados. O **Conselheiro Aquino Pereira** reforça contribuindo que os municípios  
247 estão partindo para uma parceria público-privado, podendo ou não gerar renda, pois após  
248 35 anos de aterro sanitário, o mesmo pode não estar mais gerando nenhum tipo de renda,  
249 assim a empresas podem não se interessar em parcerias. E que foi proposto à criação de  
250 conselhos para trabalharem em cima do tratamento dos resíduos sólidos. O **Conselheiro**  
251 **Roberto Paixão** opina que o problema do lixo é mundial, com problemas diversos, assim  
252 como a sua designação. E que o trabalho dos órgãos é comprometido, pela falta de  
253 pessoas para estarem trabalhando nesses programas. Além de que as mídias estão todos  
254 os dias vendendo cada vez mais e incentivando o consumo de bem material ou bem de

255 consumo. A **Senhora Presidente Maria do Carmo** ainda destaca que o Conselho deve  
256 se aprofundar na discussão dos resíduos sólidos. **O Conselheiro Aroldo** agradece a  
257 empenho e ao comparecimento dos órgãos estaduais em estarem participando de debates  
258 e estarem fazendo esse trabalho de conscientização nos municípios. Ainda expressa o  
259 desejo da existência de um fundo para os resíduos sólidos, que teria como recurso as  
260 multas aplicadas no âmbito ambiental de resíduos sólidos. A **Senhora Eliane Ribeiro**  
261 esclarece que esses fundos devem ser instituídos por lei, e que na criação dos planos  
262 estaduais, com suas leis específica, nelas estejam enquadrados a criação do fundo.  
263 Conclui ainda que o prazo para a criação do PERS-MS está se finalizando. A **Senhora**  
264 **Presidente Maria do Carmo** propõe que na próxima reunião seja discutido a criação de  
265 um fundo, e com um novo convite para o aprofundamento do assunto de resíduo sólido.  
266 A **Senhora Eliane Ribeiro** propõe que a câmara técnica de saneamento faça um  
267 aprofundamento do PERS-MS e aponte os pontos mais importantes a serem discutidos.  
268 Os Conselheiros concordaram com a proposta e na próxima semana será agendada a  
269 reunião para Câmara Técnica de Saneamento. Em seguida a **Senhora Presidente Maria**  
270 **do Carmo** faz a leitura da moção de descontentamento que será encaminhada ao  
271 Ministério das Cidades e ao Conselho Nacional das Cidades, conforme deliberação do  
272 Conselho. “O Conselho Estadual das Cidades de Mato Grosso do Sul – CEC/MS, no uso  
273 de suas competências regimentais e atribuições conferidas na Lei nº 2.940, de 16 de  
274 dezembro de 2004, em sua 98ª Reunião Ordinária, realizada no dia 18 de abril de 2017,  
275 manifestou descontentamento com o Ministério das Cidades, pela suspensão das  
276 Conferências Estaduais e Conferência Nacional das Cidades, que deveriam ocorrer neste  
277 ano de 2017. Considerando que as referidas Conferências são eventos participativos e  
278 democráticos de suma importância para a política de desenvolvimento urbano e,  
279 considerando ainda que, em 2018 estaremos em ano eleitoral, foi avaliado que o processo  
280 de discussão ficará prejudicado pelo “ambiente político”. Desta forma, o Conselho  
281 Estadual das Cidades de MS – CEC/MS, solicita o efetivo cumprimento da Lei nº 10.257  
282 de 10.07.2001- Estatuto das Cidades, em seu Artigo 43, inciso III (Para garantir a gestão  
283 democrática da cidade, deverão ser utilizados, entre outros, os seguintes instrumentos:  
284 Inciso III – conferências sobre assuntos de interesse urbano, nos níveis nacional, estadual  
285 e municipal) e da Resolução Normativa nº 2 de 08.06.2006, que dispõe sobre o Regimento  
286 Interno do Conselho Nacional em seu Artigo 42 ( A Conferência Nacional das Cidades  
287 deverá ser realizada a cada três anos), pois, qualquer alteração nesta questão, significa  
288 retroceder no processo de integração das políticas de Desenvolvimento Urbano com as  
289 políticas sociais, bem como, descumprimentos da Lei e Resolução Normativa acima  
290 citadas.” Os Conselheiros aprovaram a redação. Finalizando passou-se para a **Definição**  
291 **de pauta para próxima Reunião:** Os Conselheiros concordaram **em dar**  
292 **prosseguimento a pauta referente ao Plano Estadual de Resíduos Sólidos.** Nada  
293 mais a ser tratado a **Senhora Presidente Maria do Carmo** agradece a todos e informa  
294 a alteração da próxima reunião para o dia 22 de junho de 2017. Não houve nenhuma  
295 manifestação e a mesma encerrou a reunião às 17h. Ata redigida por **César Magalhães,**  
296 **revisada por Tânia Marques.**